

## Avaliação do relacionamento

As relações Brasil-Rússia vêm evoluindo desde a segunda metade dos anos 90 para patamar qualitativamente mais elevado. **A Declaração Conjunta de Criação da Comissão de Alto Nível**, presidida pelo Vice-Presidente da República, do lado brasileiro, e pelo Primeiro-Ministro, do lado russo, constitui um dos marcos principais da evolução das relações bilaterais, estabelecendo mecanismo privilegiado de diálogo, que a Rússia mantém com apenas outros quatro países além do Brasil – EUA , França, China e Ucrânia.

A **Comissão de Alto Nível**, cuja instalação foi efetuada pelo Vice-Presidente da República na visita realizada a Moscou, em junho de 2000, e que teve seu segundo encontro no quadro da recente visita efetuada pelo Primeiro-Ministro Mikhail Kassianov ao Brasil, reúne na mesma estrutura, da qual constitui a instância mais elevada, a **Comissão Intergovernamental de Cooperação** – com seis subcomissões já constituídas – nos campos da cooperação econômica, comercial, científica e tecnológica, espacial, técnico-militar, energética e de políticas regionais – e que contam com a participação do setor privado nacional, além da **Comissão de Assuntos Políticos**, foro para discussão dos principais temas da agenda bilateral, regional e internacional.

**A Comissão de Alto Nível foi proposta pelo então Presidente Boris Ieltsin ao Presidente da República à margem das comemorações dos 50 anos das Nações Unidas, em 1995. A sua criação foi formalizada por memorando de intenções firmado pelo Ministro de Estado, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, e pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, e ex-Primeiro-Ministro, Ievgueni Primakov, no quadro de sua visita oficial ao Brasil, em novembro de 1997.**

Em junho de 2000, ocorreu em Moscou a implantação e realização da primeira reunião da **Comissão de Alto Nível, com a visita do Vice-Presidente da República à Federação da Rússia**. Na oportunidade, o Vice-Presidente avistou-se com o Presidente Vladimir Putin e com o Primeiro-Ministro Mikhail Kassianov. A reunião da Comissão alcançou o êxito desejado, permitindo uma avaliação das ações desenvolvidas nas várias áreas e a proposição de orientações que possibilitarão conceder maior eficácia ao encaminhamento de projetos já identificados e assim operar uma ampliação das relações de cooperação entre os dois países. A visita vice-presidencial permitiu efetiva troca de percepções, no mais alto nível, com o Governo russo não somente sobre as conjunturas política e econômica brasileira e russa, mas também sobre temas relevantes da agenda internacional. Nesse sentido, o diálogo estabelecido mostrou-se extremamente útil, tornando possível avaliar os programas e reformas em execução pelos dois países e confirmar a elevada coincidência de visões e posições.

Em outro foro de concertação bilateral, as reuniões de consultas políticas e estratégicas, conduzidas no âmbito da **Comissão de Assuntos Políticos**, têm contribuído para consolidar e conferir regularidade a um desejável diálogo em nível elevado entre as duas Chancelarias. Esse mecanismo é chefiado, do lado brasileiro, pelo Subsecretário de Assuntos Políticos, do Itamaraty, e do lado russo, pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros. Já foram realizadas três reuniões da Comissão de Assuntos Políticos Bilaterais entre Brasil e Rússia.

A **Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica** – mecanismo de expansão da relação bilateral que passou a subordinar-se à Comissão de Alto Nível – sucede à antiga Comissão Mista criada em 1981 e, em seu novo formato, foi adaptada às novas circunstâncias decorrentes da queda

do sistema comunista, e da própria União Soviética, e das transformações ocorridas na economia brasileira. **A Comissão Intergovernamental de Cooperação é presidida, do lado brasileiro, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, tendo como Secretário-Executivo o Diretor-Geral do Departamento da Europa.**

**A Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação, em sua fase atual, teve sua primeira reunião em Brasília, nos dias 22 e 23 de abril de 1999,** inaugurando nova era no plano da cooperação entre o Brasil e a Federação da Rússia. A delegação russa foi chefiada pelo então Ministro-Chefe da Administração do Governo da Federação da Rússia, Yuri Zubakov, e a delegação brasileira pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Os trabalhos da Comissão Intergovernamental se fazem por meio de **seis subcomissões: a) Cooperação Econômica e Comercial; b) Cooperação Científica e Tecnológica; c) Cooperação Espacial; d) Cooperação Energética; e) Cooperação Técnico-Militar; e f) Cooperação entre Estados e Regiões de Brasil e Rússia. A primeira reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação, em 1999, em Brasília, marcou uma nova etapa no quadro de avaliação e de fomento das relações bilaterais de cooperação.** O nível de participação e engajamento de ambos os países foi expressivo, tendo a delegação russa ao evento contado com cerca de setenta integrantes.

A realização, por sua vez, nos dias 25 e 26 de setembro de 2001, em Moscou, da **2ª Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação,** revestiu-se de completo êxito, consolidando definitivamente a utilidade desse mecanismo na qualidade de braço técnico e canal indutor do intercâmbio bilateral em variados e relevantes campos da interação entre os dois países.

Na ocasião da 2ª reunião, a **delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador Osmar Chohfi, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores,** tendo sido a delegação russa chefiada pelo Ministro-Chefe da Administração do Governo da Federação da Rússia, Igor Shuvalov. Os trabalhos das subcomissões pela parte brasileira foram, do mesmo modo que em 1999, coordenados pelo Embaixador Marcelo Jardim, na qualidade de Diretor-Geral do Departamento da Europa e de Secretário-Executivo da Comissão, e por sua contraparte russa, Andrei Dolgorukov, do Ministério do Desenvolvimento Econômico e do Comércio. A delegação brasileira foi integrada por numerosos e representativos participantes dos setores público e privado, envolvidos na relação bilateral.

**Os trabalhos da Comissão em Moscou transcorreram em clima construtivo e de grande cordialidade,** desenvolvendo-se de forma igualmente produtiva. Os seis grupos de trabalho mantiveram seus encontros em locais separados, nas sedes do Ministério do Desenvolvimento Econômico e do Comércio; do Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia; do Ministério da Defesa; do Ministério da Energia Atômica; e da Agência Espacial Russa.

**Nas reuniões dos subgrupos foram tratados temas e discutidos projetos de indiscutível impacto para o desenvolvimento das relações bilaterais,** como a cooperação interbancária, setor em que a parte russa poderia beneficiar-se da experiência brasileira; a cooperação na área de tecnologias da agricultura; a celebração do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica 2001-2003; a cooperação na área espacial, principalmente incluindo a possibilidade de utilização comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA); e a possibilidade de intercâmbio tecnológico no setor de geração de energia elétrica, campo em que a Rússia se encontra em estágio avançado.

**O Brasil é o mais importante parceiro comercial da Rússia na América Latina**, havendo o intercâmbio bilateral superado a cifra de US\$ 1,5 bilhão em 2001. Cuba é o segundo parceiro russo com comércio de cerca de US\$ 300 milhões. À exceção do ano de 2000, a balança comercial tem sido favorável ao Brasil, que vende sobretudo açúcar, café solúvel, carnes de frango e suína e fumo. Há uma grande concentração nesses poucos produtos da agroindústria (96% do total exportado em 2000) e é preocupação brasileira diversificar e sofisticar sua pauta de exportações para o mercado russo. Com a melhoria da situação econômica na Rússia e a conseqüente expansão do seu mercado consumidor, abrem-se excelentes perspectivas para o Brasil ampliar e diversificar suas exportações para esse país. Cumpre citar que em média a Rússia tem comprado mais do Brasil que países sul-americanos como Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Colômbia e Peru.

**Com relação à agricultura**, que foi discutida à parte, o lado russo manifestou seu interesse nas possibilidades de aquisição de soja brasileira e de formação de eventual parceria para a transferência de tecnologia de produção de café solúvel, além da realização de compras diretas de açúcar em bruto. Outro resultado extremamente importante foi o encontro havido na véspera da reunião, entre o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com técnicos dos serviços veterinários russos. Nesse encontro, os russos liberaram a importação de frangos procedentes do Estado do Rio Grande do Sul e se comprometeram a liberar também as importações de carne bovina de Santa Catarina para consumo direto, tão logo cumpridas exigências sanitárias adicionais que fizeram e que já estão sendo providenciadas.

As exportações brasileiras de carnes suínas não-processadas – autorizadas pela parte russa em fins de 2000 – e de aves em muito contribuíram para o expressivo resultado comercial obtido no primeiro semestre de 2001 – tendo, somadas, correspondido a mais de 15% da pauta brasileira de produtos vendidos para o mercado russo no período. As perspectivas de incremento nas exportações de carnes para a Rússia são muito promissoras, uma vez que sua produção doméstica supre apenas cerca de 1/3 da demanda interna pela mercadoria. **Em 2002, portanto, caberá envidar novos esforços sobretudo para incentivar a diversificação da pauta exportadora brasileira.** Apesar da inegável persistência na Rússia de dificuldades decorrentes de mecanismos comerciais instáveis e pouco estruturados – condições que não se devem alterar de forma significativa até a conclusão do processo de acesso do país à OMC–, as relações comerciais entre Brasil e Rússia têm expressivo potencial de ampliação, pelo caráter complementar das respectivas economias.

**No âmbito da cooperação científica e tecnológica, foi acordado e assinado Programa de Cooperação para o biênio 2001-2003**, em bases mais concretas que o Programa anterior, tendo sido igualmente estabelecido mecanismo para o acompanhamento da implementação dos projetos incluídos no Programa adotado. Foram contemplados projetos conjuntos entre instituições dos dois países nas áreas de Oceanologia, Biotecnologia, Saúde, Transportes, Astronomia e Informação Científica e Tecnológica.

**No plano da cooperação nuclear**, há interesse comum em desenvolver tecnologias inovadoras, inclusive no âmbito da AIEA, tendo presente os princípios do respeito ao meio ambiente, da não-proliferação e da segurança. Temos interesse em projetos específicos entre instituições dos dois países nas áreas de combustível para reatores e de gestão da vida útil de componentes e equipamentos de centrais nucleares. **No plano da cooperação espacial**, missões técnicas brasileiras irão à Rússia neste ano para detalhamento de projetos de interesse comum. A adoção de Acordo de

Salvaguardas Tecnológicas com vistas à utilização comercial da Base de Alcântara por empresas russa constitui outro ponto de interesse.

No plano da **cooperação técnico-militar**, foi negociado Memorando de Entendimento na área de Defesa, a ser assinado durante a visita do Ministro da Defesa da Rússia em abril próximo. No plano da **cooperação energética**, são amplas as oportunidades de negócios nos setores de transmissão de alta tensão e de sistemas e equipamentos correlatos, áreas onde a indústria russa apresenta reconhecida qualidade.

## Perspectivas da Cooperação Brasil-Rússia

### Relações Econômicas e Comerciais

**O comércio de mercadorias constitui o aspecto mais visível das relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Rússia.** Ainda inexistem vínculos significativos no comércio de serviços, investimentos diretos de parte a parte, ou outras formas de interação econômica bilateral. Os investimentos especulativos de bancos brasileiros na Rússia, operacionalizados via canais “off-shore”, pouco representaram para as relações bilaterais propriamente ditas enquanto duraram (até a crise asiática de outubro de 1997, sobretudo), ainda que tenham contribuído para aumento da percepção de vinculações até então pouco claras entre as duas economias.

O comércio entre o Brasil e a antiga União Soviética (URSS) havia atingido, na década de oitenta, valores na casa dos US\$ 800 milhões, graças aos eficientes mecanismos intergovernamentais de “countertrade” implantados. O colapso da URSS afetou profundamente o conjunto das relações externas das quinze repúblicas que dela faziam parte e atingiu também o comércio da Rússia com o Brasil. Após acentuada redução no início da década de noventa, os valores do comércio russo-brasileiro voltaram, no entanto, a patamares mais altos a partir de 1995, com saldos favoráveis ao Brasil até 1999.

### Intercâmbio Comercial Brasil-Rússia (US\$ Mil - FOB)

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

ANO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (A)	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (B)	SALDO (A - B)	INTERCÂMBIO COMERCIAL (A+B)
1994	173.341	436.243	-262.902	609.584
1995	569.266	409.501	159.765	978.767
1996	465.741	403.956	61.785	869.697
1997	760.600	322.972	437.628	1.083.572
1998	647.331	293.309	354.022	940.640
1999	746.291	315.115	431.176	1.061.406
2000	422.962	570.660	-147.698	993.622
2001	1.102.581	464.246	638.335	1.566.827

Em 1997 e depois em 1999, a corrente de comércio bilateral ultrapassou o patamar do bilhão de dólares (respectivamente US\$ 1,08 bilhão e US\$ 1,06 bilhão). **Cumpram-se ressaltar que os bons resultados auferidos em 1999 foram devidos, em larga medida, às exportações de açúcar, que registraram incremento de 61,9% em relação ao ano anterior. As vendas dessa mercadoria foram responsáveis por 80% do total exportado pelo Brasil à Rússia em 1999, o que evidenciou a dependência da pauta brasileira em relação a um único produto.**

**A preocupação com a excessiva concentração da pauta exportadora brasileira mostrou-se justificada em 2000.** Em razão dos altos estoques de açúcar que vinham sendo acumulados na Rússia – e em vista das constantes reivindicações do setor produtor de beterraba açucareira, que alegava prejuízos em decorrência dos grandes volumes de açúcar de cana importados –, as autoridades russas tomaram uma série de medidas nas áreas tributária e fiscal que prejudicaram sobremaneira as exportações brasileiras daquela mercadoria, tais como a retirada do açúcar de sua lista de produtos beneficiados pelo Sistema Geral de Preferências - SGP (1999); a imposição de tarifas sazonais de 40% sobre as importações de açúcar em bruto (2000); e a introdução de sistema de cotas para as compras externas do produto (2000-2001).

Como conseqüência da adoção de medidas protecionistas, as vendas brasileiras do produto caíram 51,3% no ano passado (significando perda de receita da ordem de aproximadamente US\$ 300 milhões). O acentuado decréscimo registrado no montante das exportações brasileiras de açúcar, aliado ao súbito aumento de 81,3% nas importações provenientes da Rússia – constituídas sobretudo de matérias-primas para adubos e fertilizantes – teve como resultado um **saldo comercial deficitário para o Brasil em 2000** (o primeiro desde 1994) de US\$ 147,7 milhões. Cabe registrar, no entanto, que o atual sistema de cotas, o qual foi reforçado e prorrogado para o próximo ano, não impediu o aumento das vendas brasileiras de açúcar “demerara” para a Rússia em 2001, cujo crescimento, de janeiro a julho, foi de 197% em relação a igual período de 2000 – ano excepcionalmente desfavorável – mas equivalente, em termos de valores, às exportações registradas nos primeiros sete meses de 1999.

**Quanto às vendas brasileiras de carnes em geral, que se encontram em expansão e já são responsáveis por mais de 20% do valor total exportado para o mercado russo** (note-se que as carnes suínas só começaram a ser exportadas em novembro de 2000 e as bovinas, em julho de 2001), a preocupação está nas barreiras sanitárias que permanecem em vigor, as quais encontram escasso respaldo científico. Assinale-se que a importação de carnes (bovina, suína e de aves) pela Rússia representa 1/3 do total consumido no país. O Brasil ocupa desde o ano passado fatias importantes deste mercado, sendo vasto o potencial para uma participação ainda maior.

**No plano das exigências sanitárias, cabe mencionar que o Brasil está autorizado a exportar para a Rússia todos os tipos de carnes de aves, produzidas em qualquer parte do território nacional.** Carnes bovinas e suínas, no entanto, somente podem ser exportadas quando não-industrializadas, para serem processadas localmente - estando o Estado do Rio Grande do Sul de fora desse comércio, em razão do surto de febre aftosa lá verificado no primeiro semestre de 2001. Ademais, todos os lotes de carnes embarcados para a Rússia necessitam ter seus respectivos certificados sanitários rubricados por veterinário russo que se encontra baseado no porto catarinense de Itajaí, às custas da parte brasileira. Nessas condições, constitui preocupação brasileira

insistir na liberação das exportações de carnes suínas e bovinas industrializadas, bem como no término das restrições relativas à produção do Rio Grande do Sul.

**Igualmente preocupantes são as perspectivas de imposição pela parte russa de regime de cotas também para regular o mercado das carnes**, projeto que – apesar de sua procedência ter sido negada pelo Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio, Roald Piskoppel – já está sob a análise do Poder Legislativo, embora se desconheçam detalhes sobre o conteúdo. Especula-se que seriam estabelecidas cotas anuais não inferiores a 280 mil toneladas para as importações de carne bovina, sendo o volume excedente tributado em pelo menos 50%, e, para as de suínos e de aves, 150 mil e 400 mil toneladas, respectivamente, com tarifa extra-cota de 50% e 100% de benefícios concedidos no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP).

**No que tange ao setor cafeeiro, a parte russa poderá rerepresentar projeto mediante o qual espera receber investimentos e tecnologia do Brasil para processar, conjuntamente com eventuais parceiros brasileiros, café em grãos na Rússia.** A proposta, que apresenta a desvantagem de conduzir à diminuição do valor agregado do produto que hoje é exportado pelo Brasil (café solúvel), entre outras, pode justificar-se se for considerada a real tendência de associação das indústrias locais a grandes multinacionais para a construção de processadoras de café na Rússia, desdobramento que deverá, no futuro, resultar na redução da demanda local pelo produto brasileiro processado. Conforme noticiado pela imprensa, esse assunto já teria sido objeto de conversação entre o Ministro Sérgio Amaral e o Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio russo, Maxim Medvedkov, em encontro realizado à margem da IV Conferência Ministerial da OMC, ocorrida em Doha, no período de 9 a 13 de novembro de 2001.

**Diante do fato de que as vendas dos três produtos primários citados, de janeiro a julho do corrente ano, foram responsáveis por 90% do valor da pauta de exportações do Brasil para a Rússia, percebe-se a clara necessidade de promover maior diversificação dessa vertente do fluxo comercial bilateral.** Para isso, seria importante verificar o interesse no mercado russo de outros setores nacionais, especialmente aqueles produtores de bens com maior agregação de valor. No campo dos produtos de base, atenção especial também deve ser atribuída ao comércio bilateral de soja. Esse produto, que era a principal mercadoria brasileira vendida à Rússia nos anos oitenta, teve suas exportações em muito reduzidas na década de noventa. Hoje, no entanto, a parte russa apresenta interesse renovado em retomar as importações da soja brasileira e fez questão de mencioná-lo na Ata Final da II Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação bilateral, realizada em Moscou, nos dias 25 e 26 de setembro último.

**Outro ponto que poderá, de alguma forma, ser retomado pelos interlocutores russos diz respeito ao conhecido interesse em exportar equipamento militar para Brasil.** O momento lhes parecerá oportuno, uma vez que já participam, por intermédio das empresas “Sukhoi” e “MIG”, da licitação internacional levada a cabo pelo Ministério da Defesa com vistas à modernização da frota da Força Aérea Brasileira – processo cujo desfecho está previsto para fins de dezembro de 2001. Nessa linha, e em sintonia com o esforço que se faz necessário para diversificar e sofisticar a pauta de exportações do Brasil para a Rússia, cabe igualmente recordar declaração atribuída a representante da “Aeroflot” sobre os planos da empresa de modernizar futuramente sua frota de jatos regionais, mediante a aquisição de aeronaves brasileiras e canadenses. **Como se sabe, a frota russa está obsoleta e precisará ser renovada brevemente, podendo vir a ser substituída por aeronaves como as produzidas pela “Embraer”.**

Ainda no que tange à cooperação econômico-comercial bilateral, cumpre mencionar também que a parte russa deve esperar novas manifestações do apoio brasileiro ao ingresso do país na OMC – assunto que é tratado como prioridade pelo Governo Putin – cujo processo parece ter adquirido velocidade adicional após receber recentemente respaldo explícito dos Estados Unidos e da União Européia.

**A Rússia vem negociando, desde 1995, em Genebra, sua acessão à OMC. Para atingir esse objetivo, terá que atender, contudo, a uma série de condições, sobretudo em matéria de legislação, no sentido de rever para baixo sua política tarifária e de eliminar os subsídios e as barreiras não-tarifárias que protegem o seu produtor nacional.** O Presidente Putin e autoridades russas da área econômica já declararam, publicamente, ser favoráveis ao ingresso na OMC até 2003, para que o país possa participar da próxima rodada de negociações coletivas da Organização. Internamente na Rússia, porém, a questão é controvertida, havendo os que argumentam que a acessão não acarretará as vantagens esperadas e que poderá colocar um freio ao crescimento econômico russo. O Primeiro-Ministro Mikhail Kassianov declarou recentemente que a acessão “é absolutamente necessária, pois a Rússia não pode ficar fora dos processos que estão acontecendo no mundo”. O Primeiro-Ministro russo defende, porém, um período de transição de quatro a sete anos, conforme o setor, para a plena adaptação russa às regras e disciplinas da Organização.

Na rodada realizada em junho passado, contudo, em Genebra, as novas condições apresentadas pelo Grupo de Trabalho sobre a acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio repercutiram em certo desânimo no país. **O tom otimista que o governo russo estava criando em torno das negociações de acessão arrefeceu diante das novas condições recentemente apresentadas ao grupo negociador russo, como por exemplo no campo das leis alfandegárias, das regras de certificação e também sobre “drawback”.** Essas condições diriam respeito a que a Rússia “ajuste a sua legislação” aos padrões da Organização antes que se continuem as negociações para a entrada no sistema da OMC.

A frustração russa está baseada muito mais na expectativa exagerada criada pela cúpula de seu governo do que em um ganho concreto que o próprio país teria com a entrada na OMC, que tem sempre sido calculado de maneira indefinida. A entrada é vista como uma importante decisão política que sinalizaria a “conversão” e integração da economia russa à economia capitalista mundial. Nesse contexto, o lado técnico da acessão é comumente deixado em segundo plano. Não obstante esse fato, assinale-se que a situação internacional após os ataques terroristas de setembro nos EUA poderá favorecer a aceleração das negociações e concessões para o ingresso da Rússia na OMC em prazo mais curto do que o indicado pela conjuntura de junho passado, em Genebra.

**No que se refere à pauta bilateral como um todo, vale frisar que de janeiro a julho de 2001, as exportações brasileiras apresentaram quadro de excelente recuperação** – tendo crescido 210% em comparação com o resultado alcançado em igual período do ano passado – e voltaram a superar, em US\$ 309,9 milhões, as importações provenientes da Rússia, as quais se reduziram em quase 20% no intervalo de tempo indicado. O crescimento das exportações brasileiras para o mercado russo no corrente ano – as quais corresponderam a 1,6% do total exportado pelo Brasil até o mês de julho – deveu-se, em larga medida, ao forte incremento (de quase 200% em relação aos valores registrados no primeiro trimestre de 2000) verificado nas vendas de açúcar “demerara”. A esse respeito, cabe observar que o sistema de cotas estabelecido pela parte russa parece

não estar logrando em 2001 reduzir os volumes importados da mercadoria, sendo possível prever alterações das regras para vigorar a partir do próximo ano.

No tocante às importações brasileiras de produtos russos – constituídas essencialmente de matérias-primas para adubos e fertilizantes, conforme já mencionado – cabe registrar que **a pauta da Rússia se tem apresentado mais diversificada que a do Brasil**. Em 2000, apareceram na primeira 12 produtos com valor exportado superior a US\$ 10 milhões. Esses 12 produtos representaram 84% do total exportado pela Rússia ao Brasil. Na pauta brasileira, houve apenas 5 produtos com valor superior a US\$ 10 milhões, os quais corresponderam a quase 90% do total vendido pelo país. Enquanto para a Rússia as vendas do produto que ocupa a primeira colocação na pauta exportadora bilateral representaram 25,9% do total comercializado, para o Brasil as exportações do principal produto – açúcar em bruto – corresponderam a 68,4%. Quadro semelhante reproduziu-se no primeiro semestre do corrente ano.

Em 2002, portanto, caberá envidar novos esforços sobretudo para incentivar a diversificação da pauta exportadora brasileira. **Apesar da inegável persistência na Rússia de dificuldades decorrentes de mecanismos comerciais instáveis e pouco estruturados – condições que não se devem alterar de forma significativa até a conclusão do processo de acesso do país à OMC– as relações comerciais entre Brasil e Rússia têm expressivo potencial de ampliação, em vista do caráter complementar das respectivas economias.**

Cooperação Científica e Tecnológica

---

**A cooperação entre o Brasil e a Rússia no campo da Ciência e Tecnologia é regida pelo Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assinado em 22 de novembro de 1997**, por ocasião da visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Ievgueni Primakov, ao Brasil.

A Subcomissão Brasil-Rússia de Cooperação Científica e Tecnológica é integrada por representantes do MRE (DEU/DCTEC), Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, EMBRAPA, CTA, CNPq, CAPES, além de outras instituições. Pela sistemática em vigor, são periodicamente implementados programas específicos de cooperação científica e tecnológica, ao abrigo do Acordo-Quadro vigente. Os projetos de programas são, por sua vez, apresentados pela DCTEC às instituições brasileiras competentes para comentários e sugestões adicionais de cooperação bilateral.

A cooperação Brasil-Rússia em matéria científico-tecnológica tem enfrentado dificuldades decorrentes da necessidade de maior engajamento de recursos financeiros por parte de ambos os países em diversos projetos acordados, registrando-se progressos quase que unicamente, com relação ao programa celebrado em 1999, nos campos da saúde e opto-eletrônica.

**No plano específico da cooperação bilateral, importantes desdobramentos tiveram lugar em seguimento à recente reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação, ocorrida em setembro passado em Moscou.** No campo específico da cooperação em ciência e tecnologia, foi assinado novo programa conjunto compreendendo 14 projetos nas seguintes áreas de pesquisa: (a) Oceanologia; (b) Biotecnologia; (c) Saúde; (d) Opto-eletrônica; (e) Transporte; (f) Informação Científica e Tecnológica; (g) Astronomia; e (h) Estudo dos Materiais. Além disso, o Brasil propôs na reunião de Moscou que fossem desenvolvidos novos projetos de cooperação em áreas como microeletrônica, materiais avançados; pesquisa e desenvolvimento em matemática computacional; metrologia científica e industrial; e em tecnologias para a geração de



energia. O MCT está organizando missão técnica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) à Rússia, a realizar-se possivelmente em março de 2002 para visitar o Instituto Nacional Russo de Informação em Ciência e Tecnologia (VINITI).

## Cooperação Espacial

**A cooperação espacial Brasil-Rússia é executada, do lado brasileiro, por integrantes do Ministério das Relações Exteriores, Agência Espacial Brasileira-AEB, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, além de outras entidades e órgãos civis e militares.** A idéia de criação de um foro singularizado a respeito dos assuntos espaciais, fora do grupo sobre cooperação científica e tecnológica, foi pedida pela parte russa e recebeu impulso renovado com a assinatura do Acordo-Quadro sobre a Cooperação na Exploração e nos Usos Pacíficos do Espaço por ocasião da visita do Chanceler Primakov, em novembro de 1997.

Pretende-se, no âmbito da cooperação nessa matéria, redefinir a agenda bilateral. É intenção da parte brasileira manter aberto o canal de diálogo, reforçado com a celebração do acordo de cooperação de 1997, em bases realistas. Tem sido detectada pouca disposição da parte russa em avançar projetos concretos de cooperação. O Centro Técnico Aeroespacial possui interesse na compra de componentes para veículos lançadores. O INPE, que já recebe pesquisadores russos em suas instalações, tem interesse em intercambiar missões regulares de técnicos e também na tecnologia de micropulsores para satélites.

**O Acordo-Quadro sobre Cooperação Espacial, assinado no quadro da visita do Chanceler Primakov constitui-se na peça principal a regular o assunto entre os dois países.** O Acordo tem as respectivas Agências Espaciais como entidades executoras principais. O documento contempla a possibilidade de criação – em bases comerciais – de um consórcio para aproveitamento da base de Alcântara para lançamentos de satélites de usos múltiplos, bem como a realização do projeto ECO-8, a cooperação em monitoramento ecológico da terra, em particular da Amazônia Legal brasileira, e ainda o intercâmbio de cientistas e peritos e a troca de informações científicas e tecnológicas, inclusive em engenharia aeroespacial.

Em março de 1995, a visita ao Brasil, do Presidente da Agência Espacial Russa, Professor Yuri Koptev, abriu novas perspectivas de intensificação do intercâmbio, notadamente com a confirmação do interesse russo na utilização do Centro de Lançamentos da Alcântara (CLA) e a possibilidade de realização de programas conjuntos de cooperação.

Em retribuição à visita de seu homólogo ao Brasil, o Presidente da AEB, Luiz Gylvan Meira Filho, visitou a Rússia em março de 1996, acompanhado de representantes do INPE e do CTA. Nessa ocasião, a utilização do Centro de lançamentos de Alcântara esteve no centro das discussões com as autoridades espaciais russas. O Professor Koptev reafirmou em diversas oportunidades o interesse russo no Centro de Lançamentos da Alcântara (CLA), mas fez reservas quanto à possibilidade de seu país investir sem contrapartidas nas obras de infra-estrutura básica de que o Centro necessitaria para seu pleno funcionamento e aproveitamento por parceiros internacionais.

**No curso da reunião da Comissão Intergovernamental de abril de 1999 em Brasília, foi examinado o estado da cooperação na pesquisa e no uso do espaço exterior.** A delegação russa reafirmou na oportunidade seu interesse em receber propostas concretas de entidades brasileiras e sua disposição para examiná-las. Foi

ênfâtizada a necessidade de negociar-se projetos concretos, em condições econômicas e financeiras mutuamente aceitáveis, com vistas a materializar os entendimentos alcançados entre os dois Governos.

No que diz respeito às perspectivas futuras de cooperado espacial, a delegação brasileira apresentou lista de áreas potenciais de cooperação, apontando as instituições e pessoas diretamente interessadas em cada uma delas. A parte russa, por seu turno, ênfâtizou a importância de uma transição da atual fase de cooperação acadêmica para uma fase seguinte, de maior interação entre os setores industriais de ambas as partes, no plano geral da cooperação espacial entre os dois países.

**Entre as áreas que apresentam especial potencial de cooperação foi citada, entre outras, o uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA).** O lado russo apresentou ademais a possibilidade de oferecer produtos de sensoriamento remoto com alta resolução. A análise pelos dois países das reais possibilidades de cooperação demanda a multiplicação dos contatos no nível técnico, o que tem sido grandemente dificultado pela grave insuficiência de recursos orçamentários, problema compartilhado pelos dois países. Adicionalmente, note-se que a tradicional excelência da capacitação russa no campo espacial contrasta, hoje, com a pulverização dos interlocutores institucionais e empresariais, o que torna as atividades correlatas à cooperação e a execução dos respectivos projetos tarefas ainda mais complexas.

**Ainda assim, durante a visita do Vice-Presidente Marco Maciel a Moscou, em junho de 2000, os dois lados reiteraram seu interesse em aprofundar a cooperação,** identificando como áreas prioritárias: a) o desenvolvimento de projetos conjuntos em sensoriamento remoto e observação da Terra; b) o desenvolvimento de um 4º estágio a combustível líquido para o VLS; e c) a utilização comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) para operações com lançadores russos. Sobre essa última área, recorde-se que, em junho de 2001, foi divulgado oficialmente o estabelecimento da parceria russo-australiana para a utilização de Christmas Island, concorrente do CLA, para lançamentos comerciais.

Como resultado da Reunião da Subcomissão de Cooperação Espacial (Moscou, 25/09/01), realizada no âmbito da II Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação, **ficou acordada, conforme consta em ata, visita de missão técnica da AEB à Rússia, para tratar de questões ligadas à cooperação em sensoriamento remoto e propulsão líquida de motores.** Naquela oportunidade, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) manifestou especial interesse na cooperação com a Rússia em particular no que se refere ao desenvolvimento do satélite de sensoriamento remoto para observação da Amazônia (SSR), cabendo à Rússia fornecer a carga útil (instrumento imageador óptico) do mesmo. Existiria, ademais, interesse em assistência técnica em outros subsistemas do SSR, como por exemplo, no controle de altitude e órbita. A propósito da utilização do CLA em bases comerciais, considerou-se relevante a continuação das negociações de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os dois países, conforme minuta proposta pelo Brasil em julho último. Os russos acrescentaram que sua recente decisão de recorrer à base australiana de "Christmas Island" para o lançamento de foguetes não significaria seu desinteresse pelo CLA. Segundo eles, tal decisão teria levado em conta tão-somente o fato de a base australiana estar em condições de operacionalização antes da brasileira.

**Em conformidade com os resultados da referida reunião da Comissão Intergovernamental, missão técnica da AEB esteve na Rússia, no período de 13 a 16 de dezembro passado.** Foram visitados centros de pesquisa e desenvolvimento especializados em sensoriamento remoto e em ótica. Formalizou-se convite a dois

especialistas russos para vir ao Brasil e determinar, em trabalho conjunto com os brasileiros, os parâmetros das câmeras a serem instaladas nos satélites que o País pretende lançar nos próximos anos.

Quanto ao Acordo de Cooperação Espacial com o Brasil, assinado em 21/11/97, de acordo com informações da Embaixada em Moscou, de 05/12/01, o Parlamento russo deverá ratificá-lo em breve. Por sua vez, o Congresso brasileiro aprovou o referido acordo em 28/01/2000. Nota brasileira comunicando a aprovação foi encaminhada ao Governo russo em 15/02/2000.

#### Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear

---

Em setembro de 1994, durante a visita do Ministro da Energia Atômica da Rússia, foi assinado, em Brasília, Acordo sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. **No início de abril de 1995, o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), José Mauro Esteves dos Santos, visitou Moscou, para retribuir a visita do Ministro russo e conversar sobre possíveis áreas de cooperação. Na ocasião, o interesse da Rússia (MINATOM), todavia, parecia centrar-se na venda de equipamentos e serviços, sobretudo, na área de exploração de minas de urânio.**

**A reunião da Comissão Intergovernamental em abril de 1999 abriu, contudo, novas perspectivas para o intercâmbio na matéria.** Na oportunidade, as delegações de Brasil e Rússia enfatizaram que a entrada em vigor do Acordo de Cooperação sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear representou avanço para o estreitamento de contatos comerciais, criando-se a necessária base jurídica para a negociação de temas e projetos concretos de cooperação.

Seguiram-se à mencionada reunião propostas de recíprocas de cooperação e a elaboração de programas de visitas por delegações da área nuclear dos dois países. Em desdobramento à reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação, ocorrida em setembro passado em Moscou, e no quadro da última reunião da Comissão de Alto Nível, em Brasília, foi assinado programa para o período 2001-2003 contemplando projetos conjuntos entre instituições dos dois países. O Presidente da CNEN, por sua vez, comprometeu-se a enviar, em breve, à Rússia, os técnicos responsáveis pelos projetos para contato direto com a parte russa.

Os projetos em tela são: “Desenvolvimento e Fabricação de Elementos Combustíveis de Alta Densidade para Reatores de Pesquisa”, elaborado pelo Dr. Michelangelo Durazzo do IPEN-CNEN/SP; “Combustível para Reatores de Pesquisa, do Dr. Wilmar Barbosa Ferraz do IPEN - CDTN; “Combustível para Reatores de Potência”, elaborado pelo Dr. Márcio Soares Dias, do IPEN - CDTN; “Beneficiamento de Urânio contido em outros Minérios”, elaborado pelo IEN/DIQN; “Radioisótopos, Radiofármacos e Fontes Radioativas”, do Dr. Carlos Malamut, da CDTN; “Gestão de Vida útil de Componentes e Equipamentos de Centrais Nucleares”, do Dr. Júlio R.B. Cruz.

#### Cooperação Técnico-Militar

---

**Em 1994, foi assinado acordo para a criação de Adidâncias militares junto às respectivas Embaixadas, o que ocorreu em 1995, no caso da Embaixada do Brasil em Moscou, dando início a nova fase do relacionamento bilateral na área militar.**

A cooperação entre Brasil e Rússia nessa área adquiriu impulso adicional em 1999, quando do primeiro encontro sob formato atualizado da Comissão Intergovernamental de Cooperação. Desde então, tem-se verificado interesse da parte russa em vender armamentos convencionais diversos à parte brasileira, que, por sua vez, vislumbrou a possibilidade de beneficiar-se de transferência de tecnologia russa em setores específicos.

Cumprir citar que as autoridades russas colocam grande ênfase na exploração do mercado dos países em desenvolvimento para escoamento de sua produção bélica. No caso brasileiro – que chegou a comprar da parte russa mísseis “Iglá”, em meados dos anos 90 –, embora as Forças Armadas possuam interesse em certos equipamentos, que reconhecem como de boa qualidade e dotados de tecnologia avançada, subsistem problemas a serem superados, a saber: a) falta de recursos financeiros; b) existência de fornecedores tradicionais; c) desconhecimento quanto ao mercado fornecedor russo; e d) no caso da FAB, a prevalência de certa desconfiança quanto à continuidade da prestação de compromissos de assistência técnica. Essas dificuldades começaram a ser superadas com um contato maior entre autoridades militares dos dois países e o início do intercâmbio nessa área. Parece, entretanto, irrealista, supor que as forças armadas brasileiras possam adquirir material bélico russo nos volumes e quantidades desejados por Moscou.

A Rússia – por determinação do próprio Presidente Vladimir Putin – tem procurado explorar os mercados dos países em desenvolvimento para escoar sua produção bélica e vem logrando exportar – por intermédio de empresa estatal recém criada com esse propósito (“Rosoboronexport”), como resultado da fusão de outros estabelecimentos semelhantes anteriormente existentes – equipamentos militares dos mais variados tipos.

Alguns desses obstáculos parecem começar a ser removidos em virtude do maior contato entre autoridades militares dos dois países. Em abril de 2001, esteve no Brasil missão chefiada pelo Vice-Ministro da Defesa da Federação da Rússia, Mikhail Dmitriev, que também participou da terceira edição da feira latino-americana de exposições de tecnologias de defesa (“LAD/2001 – Latin America Defentech”), realizada no Rio de Janeiro. Na ocasião da reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação, realizada em setembro passado, em Moscou, as partes avançaram na negociação de um Memorando de Entendimento que sirva de marco jurídico para essa cooperação e que se encontra ainda em processo de negociação.

#### Cooperação entre Estados e Regiões de Brasil e Rússia

---

Na ocasião da reunião da Comissão Intergovernamental, as delegações de Brasil e Rússia promoveram a troca de informações sobre questões relativas à política regional de cada país, bem como sobre o aperfeiçoamento da integração pretendida, tendo concordado quanto a conveniência de fortalecer-se o diálogo entre as respectivas unidades federativas, tanto na esfera pública quanto privada.

As partes concordaram, na ocasião, em elaborar um projeto de Acordo Intergovernamental para o apoio e desenvolvimento da cooperação entre Estados do Brasil e Regiões da Rússia. As delegações manifestaram igualmente interesse em iniciar contatos com vistas à celebração de acordos de “geminção” entre cidades dos dois países, e à elaboração de convênio entre Universidades brasileiras e russas. Foi manifestada a disposição de organizar-se missões de representações estaduais e regionais em ambos os sentidos.

Registrou-se expressivo interesse, particularmente dos Estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina, além do Distrito Federal, em cooperar ao abrigo dessa Subcomissão, tendo sido identificada contrapartida específica em São Petersburgo e na Região de Saratov. Foi sugerido concentrar-se a ênfase nas áreas de construção naval, satélites e comunicações, equipamentos médico-hospitalares, cultura, ecologia, e educação.

Em abril de 2000, foi realizada visita de missão de empresários de São Petersburgo ao Rio de Janeiro. A programação da referida missão empresarial, composta de diversos integrantes, previu o estabelecimento de contatos com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e com o SEBRAE, bem como com representantes de empresas brasileiras de diversos segmentos.

**O presente nível de participação da Federação da Rússia na economia mundial, que atinge menos de 1% do PIB total, contrasta com a relevância estratégica desse país no cenário global.** Ainda detentora de vasto arsenal nuclear, a Federação da Rússia, no plano de sua atuação externa, defronta-se com a ambivalência gerada entre sua reduzida expressão econômica, agudizada pela dependência de recursos financeiros internacionais, e a magnitude de seu poderio militar, não obstante o estado de relativa precariedade de determinadas forças convencionais.

Em janeiro de 2000, o então Presidente interino Vladimir Putin, em artigo intitulado “A Rússia na Virada do Milênio”, que obteve ampla divulgação na mídia russa, delineou a visão do país projetada pelas forças políticas que controlam o poder no momento atual, em análise que diagnosticou e avaliou a natureza dos problemas de desenvolvimento econômico-social que têm afetado a Rússia. Assim, em exercício de revisionismo histórico, foi reconhecido que as crises econômicas e políticas sucessivas que o país tem atravessado são o preço pago pela herança do período soviético. Ao rever, desse modo, a experiência soviética, a análise concluiu que a ênfase conferida naquele período ao setor de defesa e à produção de matérias-primas terminaram por atrofiar o desenvolvimento de um sistema produtivo que fosse efetivamente voltado para o atendimento da demanda real por produtos e serviços.

Os dados arrolados pela análise são significativos. Nos anos 90, o PIB russo reduziu-se a quase pela metade. Seu PIB, em 1999, foi dez vezes menor do que o dos EUA e 5 vezes menor do que o da China. Após a crise de 1998, o PIB *per capita* era de aproximadamente US\$ 3500 (5 vezes menor do que a média para os países do G-7). A estrutura da economia russa, baseada na indústria energética (gás e petróleo) e na indústria metalúrgica ferrosa e não-ferrosa, setores responsáveis por 15% do PIB, 50% do produto industrial total e 70% das exportações, tornaram o país pouco competitivo no altamente sofisticado mercado internacional e extremamente vulnerável à oscilação do preço das “commodities” que produz.

Foi constatado igualmente que a Rússia não é competitiva em áreas estratégicas de produtos de alta tecnologia nos ramos da informática, da microeletrônica e das comunicações. Tal realidade refletiria o longo período de redução continuada dos investimentos no setor produtivo da economia. Segundo as estimativas russas, o estoque total de investimentos estrangeiros na Rússia seria de US\$ 11,5 bilhões, enquanto a China teria recebido aproximadamente US\$ 43 bilhões de investimentos diretos. A economia russa, de acordo com o diagnóstico das forças que elegeram Putin, sofreria em função da inexistência de um planejamento de desenvolvimento a longo prazo e da dificuldade em definir com clareza os objetivos nacionais.

**No plano específico de suas iniciativas externas bilaterais, cumpre salientar que a Rússia tem procurado, nesse sentido, desenvolver parcerias especiais com a China e com a Índia, e em equacionar o problema de seu contencioso territorial com o Japão, a fim de fazer frente ao cenário da atual coesão hegemônica do Ocidente industrializado e dos entendimentos de natureza militar entre os EUA e o Japão em matéria de defesa na região asiática.** Nesse momento, são fluidos o diálogo e a cooperação entre a Rússia e esses três países, embora seja prematuro especular sobre a formação de triângulos ou outras composições formais entre eles. Por sua vez, a forma como será conduzido o tema do planejado projeto de escudo de defesa anti-mísseis pela

nova administração norte-americana, em face da nova política de segurança da Rússia, poderá determinar o rumo das relações entre as duas maiores superpotências militares nos próximos anos, afetando o conjunto do planeta.

**Tem sido registrado nível de crescente interesse por parte da Rússia pela América Latina, principalmente com relação ao Brasil, maior país e economia do hemisfério, e também vis-à-vis do Mercosul.** A atração pelo mercado do Cone Sul, somada à importância do Brasil como agente ativo no cenário internacional e à circunstância de haverem experimentado os dois países os efeitos perversos de crises financeiras de contornos assemelhados, bem como o estabelecimento recente de série de iniciativas bilaterais de alto nível, constituem fatores que colocam nosso país no raio da ação diplomática russa, com possibilidades para a expansão da cooperação bilateral em diversos campos.

**Em face da conjuntura internacional decorrente dos atentados terroristas de 11/9, cabe assinalar que o Presidente Vladimir Putin já vinha desenvolvendo diálogo intenso e consistente com líderes ocidentais desde o início de seu governo, o que propiciou condições favoráveis para a revalorização da projeção internacional da Rússia.** Aqueles trágicos eventos permitiram a Moscou fazer uma opção estratégica: a construção de uma parceria duradoura com o Ocidente, sobretudo com os EUA, em termos vantajosos para Moscou. A preeminência do tema do combate ao terrorismo dá à Rússia condições que lhe possibilitam maximizar benefícios. É natural, portanto, que o Kremlin aposte neste momento todas as suas fichas na consolidação de uma nova parceria. Com avanços significativos e dificuldades aparentemente contornáveis, cristaliza-se, pouco a pouco, a tendência de que os efeitos de 11/9 venham a ser bastante positivos para o relacionamento Rússia-Ocidente.

Parecem pertencer ao passado as frustrações geradas pela anterior política de aproximação com o Ocidente, capitaneada por Andrei Kozirev à frente da diplomacia russa (1991-96). Naquele período, a prioridade era fazer a nova Rússia ingressar no “mundo civilizado”, desenvolvido, democrático e capitalista. O benefício mais visível dessa política foi a integração do país no G-7, agora G-8, iniciada em 1992 e concretizada em 1997, em Denver, sem mencionar os empréstimos e investimentos atraídos por Moscou.

Em 1996, Kozirev foi substituído por Evgueni Primakov, que buscou reafirmar a posição russa de ator global, contestando, em alguns casos, a hegemonia norte-americana. O sistema multipolar de distribuição de poder passou a ser o objetivo visado, e novas prioridades foram definidas. Internamente, o processo de transição russo atravessava dificuldades. Além da instabilidade política que caracterizou o segundo mandato de Ieltsin, veio a crise financeira de 1998. No plano internacional, sobrevieram eventos que trouxeram turbulência às relações Rússia-Ocidente: ampliação da OTAN em direção ao Leste Europeu (1998), crise no Kosovo (1999), críticas à ação militar na Tchetchênia (1999-2001) e a própria suspeição com relação a Putin – o “espião” da KGB – sobretudo durante sua interinidade no Kremlin (janeiro a maio de 2000).

**A partir de sua vitória eleitoral, Putin pôde imprimir dinamismo renovado à política externa russa, iniciando programa intenso de visitas internacionais, que somaram, até afins de 2001 mais de 40. É sólida a percepção de que são positivos os resultados obtidos para a Rússia.** A primazia doméstica de Putin e o quadro de crescimento econômico do país auxiliam-no consideravelmente na defesa dos interesses russos. Houve melhora significativa de sua imagem no Ocidente. Putin tem sido pragmático, conferindo ênfase ao estreitamento das relações econômico-comerciais da Rússia com diversos parceiros. Suas visitas incluíram os países do G-8, outros da

União Européia, países da CEI, China, Índia, entre outros, além de parceiros negligenciados durante longo período, como Coreia do Norte, Cuba e Vietnã.

Desde o início de seu governo, Putin teve condições de manter diálogo consistente e contínuo com seus principais parceiros europeus, tendo estabelecido fortes laços pessoais com o Chanceler Gerhard Schröder (a Alemanha é o parceiro europeu mais próximo da Rússia) e com o Primeiro-Ministro Tony Blair e normalizado as relações com a França, abaladas com a questão da Tchetchênia. Uma das mais importantes mudanças ocorridas na diplomacia de Putin tem sido a crescente prioridade atribuída à parceria com a União Européia como um todo. O desenvolvimento das relações Rússia-Europa, no entanto, sofre as influências do diálogo entre Moscou e Washington, sobretudo no terreno estratégico, que merece, ao menos no momento atual, a máxima prioridade russa. **Ao final do prolongado compasso de espera da política externa americana, no período pré e pós-eleitoral, o relacionamento Rússia-EUA passou por fase difícil no início da administração do Presidente George W. Bush.** O receituário conservador de seus antecessores republicanos não trazia bom prenúncio ao desenvolvimento do diálogo necessário com Moscou. São indicativos, a propósito, o episódio de expulsão de diplomatas russos acusados de espionagem, em março, além do anúncio da intenção de Bush de rever o Tratado ABM de 1972, em maio, ou até de denunciá-lo unilateralmente. Outros irritantes eram a ampliação da OTAN até a fronteira russa (inclusão dos Bálticos) e as conversas que Washington chegou a entabular com separatistas tchetchenos. Essas dificuldades explicavam-se pela ausência de agenda positiva bilateral, sem perder de vista a não-aprovação americana das relações russas, por exemplo com o Irã, embora a decisão de Moscou de aproximar-se militarmente de Teerã tivesse maior motivação econômica e não a intenção deliberada de confronto com os EUA.

A Rússia, de todo modo, não parecia estar na lista de prioridades da política de Washington: a assimetria entre os dois países capacitava os EUA a agir unilateralmente nas mais diversas áreas, sem levar em conta os interesses russos, até mesmo quando Moscou representava fator a ser considerado, no caso de desarmamento e não-proliferação. As animosidades iniciais já vinham sendo superadas pelos contatos diretos entre os dois líderes, de acordo com uma nova agenda bilateral elaborada nos encontros Putin-Bush de Liubliana (junho) e Gênova (julho, à margem do G-8). O desejo dos EUA era normalizar ou redimensionar (na realidade, reduzir) a dimensão estratégica das relações com a Rússia, desvestindo-a da condição de interlocutor privilegiado. Antes de mais nada, Washington queria obter um sinal verde para construir seu escudo antimísseis, o que exigiria ou a alteração ou a denúncia do ABM.

**Os atentados terroristas de 11/9 vieram a alterar significativamente esse quadro, e entre seus efeitos inesperados estão os benefícios que eles trouxeram para Moscou.** Rússia e EUA passaram a ter como inimigos comuns a rede de terroristas liderada por Osama bin Laden e o regime do Talibã que os abrigava. Muito antes de 11/9, Moscou já temia o alastramento do fundamentalismo islâmico na Ásia Central e procurava, com pouco êxito, conferir destaque ao combate ao terrorismo na agenda internacional, com vistas sobretudo a justificar a ação militar empreendida na Tchetchênia. Por ter sido vítima de atentados terroristas em 1999 (explosões de prédios de apartamentos residenciais), a Rússia sentiu-se à vontade para solidarizar-se com os EUA. Destaca-se o fato de Putin ter sido o primeiro líder a telefonar a Bush, logo após os atentados. Julgando que as forças americanas entrariam, naturalmente, em estado de alerta, Putin transmitiu a Bush a mensagem de que a Rússia não apenas não poria suas



forças em estado de alerta, como também cancelaria qualquer exercício militar previsto para aquele dia, de modo a não propiciar nenhum mal-entendido.

**O apoio russo foi fundamental para o êxito obtido pela ação antiterror empreendida no Afeganistão.** Sem dúvida os planejadores e os executores dessa operação sentiram grande necessidade de contar com apoio da Rússia, e em particular de sua inteligência, aspecto da cooperação que propiciou clima de confiança inédito entre os dois países. A participação da Rússia tornou possível o casamento da capacidade de sensoriamento dos EUA com a experiência político-militar acumulada pelos russos naquele país e sua melhor capacidade de recolher informações em terra. O apoio explícito dado pela Rússia à operação foi também fator crucial para permitir e assegurar a virtual unanimidade com que a comunidade internacional a ela reagiu. Igualmente importante foi a indução dada aos países da Ásia Central, especialmente o Uzbequistão, a colaborar com a ação militar empreendida. A atitude positiva e ao mesmo tempo não-protagonista do governo Putin e o caráter nevrálgico de sua cooperação sem dúvida terão reforçado a confiança com que a Rússia passou a ser vista em Washington.

Putin e Bush encontraram-se novamente em Xangai (outubro, à margem da APEC), em Washington e em Crawford, Texas (novembro), ocasião em que as relações foram colocadas em patamar elevado de visibilidade. Ainda que Washington tenha preferido não assinar qualquer tratado sobre o assunto, a contragosto de Moscou, a disposição norte-americana de reduzir expressivamente o seu arsenal nuclear para a faixa de 1700-2200 ogivas nos próximos 10 anos aproximou-se significativamente da proposta russa, de redução para 1500 ogivas (formulada em novembro de 2000, quando ainda persistia a indefinição sobre o resultado da eleição presidencial norte-americana).

No encontro de Crawford, EUA, contudo, não se pôde chegar a um acordo sobre o ABM e o escudo antimísseis, prevalecendo a posição da administração Bush de preservar a capacidade unilateral de ação por parte dos EUA e evitar o comprometimento com qualquer tipo de tratado. **Posteriormente, em dezembro passado, a Casa Branca anunciou sua intenção de retirar-se do Tratado ABM.** Em sua reação inicial, o Kremlin procurou minimizar o impacto negativo da decisão americana, recebendo-a com baixo tom de criticismo, sem, por outro lado, esconder alguma dose de decepção.

Em pronunciamento realizado poucas horas após o anúncio em Washington, o Presidente Vladimir Putin afirmou que a decisão americana era juridicamente válida (“o tratado realmente permite cada uma das partes retirar-se dele sob circunstâncias excepcionais”) e esperada (“a liderança dos Estados Unidos falou repetidamente sobre o assunto e esse passo não constituiu surpresa para nós”). No entanto, Putin considerou-a “errada”, como não se podia deixar de esperar. Procurando minimizar os efeitos negativos da decisão americana, o líder russo fez menção ao fato de Moscou (como Washington e diferentemente de outros países) possuir sistema efetivo para superar defesa antimísil, de modo que a decisão do Presidente dos Estados Unidos, afirmou Putin, não constitui ameaça à segurança nacional da Rússia. Informou, no entanto, que não aceitou as “propostas insistentes” dos EUA para que os dois países se retirassem conjuntamente do ABM, tendo ao contrário empreendido esforços para preservar e fortalecer o Tratado - que a Rússia considera o fundamento jurídico internacional no campo do desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa.

De todo modo, não fossem os trágicos eventos de 11/9, talvez a decisão de Washington retirar-se do Tratado ABM tivesse sido anunciada anteriormente. **Mas o fato é que o alto nível do diálogo russo-americano que se desenvolveu nos últimos meses permitirá que os desdobramentos na Rússia da retirada americana do ABM**

**não sejam completamente negativos**, de modo que não seja vista como contrária ao clima de confiança recentemente estabelecido entre os dois países.

## Economia da Rússia

A economia russa teve um ótimo desempenho no ano 2000, sem dúvida o melhor desde o dismantelamento das estruturas econômicas da União Soviética. Beneficiou-se tanto dos altos preços internacionais do petróleo, maior produto de exportação russo, quanto dos efeitos da desvalorização do rublo, que barateou as exportações russas e protegeu a indústria local. Apesar desse desempenho não ter dependido de ações do Governo, o Presidente Vladimir Putin soube contabilizar os resultados obtidos no seu primeiro ano de presidência.

Em 2000, a economia russa cresceu em ritmo dobrado em relação a 1999. O principal motor de crescimento foi a recuperação da indústria (crescimento de 9,5%). A desvalorização do rublo no segundo semestre de 1998 fez com que diminuísse o consumo de bens importados, dando à indústria nacional russa, especialmente a produtora de bens de consumo, a oportunidade de consolidar a recuperação da sua própria produção, tendência já verificada em 1999. Ao longo do ano passado, houve pequena valorização do rublo, apoiada pela grande entrada de dólares na economia russa, sem prejudicar os efeitos da grande desvalorização.

Em confronto com estes números altamente positivos, a única nota destoante foi a grande saída de divisas do país, bem como o relativamente baixo nível de investimentos estrangeiros. As estimativas do Comitê Estatístico Estatal (Goskomstat) são de que os fluxos de investimento direto estrangeiro na Rússia foram de US\$ 4,3 bilhões em 1999 e de US\$ 4,4 bilhões em 2000. Esses valores estão muito aquém do esperado, levando-se em consideração o tamanho da economia russa e a potencialidade do seu mercado.

As previsões de crescimento para este ano não são muito claras. O próprio Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio, Guerman Gref, reconheceu em fins do ano passado que “as tendências positivas na economia russa não adquiriram, por enquanto, caráter de processo sustentável”. O Governo estima para 2001 um crescimento da economia na ordem de 4%, quase a metade do ritmo de 2000. Tem-se como certo a exaustão dos benefícios da desvalorização do rublo, que já apresentou até ligeira valorização no ano passado. Os preços internacionais do petróleo já se encontram em queda com relação aos picos alcançados em 2000. O saldo da balança comercial deverá cair, com os preços menores desse produto.

Em termos gerais, a Rússia procurará ao longo do corrente ano continuar a sua trajetória de crescimento, ainda que a um ritmo mais lento. Para tanto, terá de levar a cabo reformas que tornem o país mais aberto e transparente e cada vez mais inserido na economia internacional.

O Presidente Vladimir Putin iniciou seu mandato prometendo reformar a economia do país, tornando-a mais dinâmica e aberta. Na prática, a única grande reforma econômica patrocinada pelo Governo foi a tributária, que entrou em vigência nos primeiros dias do corrente ano. A reforma teve como objetivo simplificar e tornar mais transparente o sistema de impostos russos. A medida de maior relevância adotada foi a unificação da alíquota do imposto de renda em 13%. Houve ainda a eliminação de alguns impostos e a unificação e diminuição de contribuições sociais. O Governo modificou, igualmente, disposições do Código Aduaneiro, procurando torná-lo mais simples, além de promover rebaixa da média das tarifas

**de importação, de 25% a 20%. Algumas exceções devem continuar, como no caso do açúcar, principal produto brasileiro importado pelos russos.**

É esperado, a partir deste ano, que o ritmo de aprovação das reformas seja mais dinâmico. **Dentre as mais solicitadas, além da lei fundiária, que vem permitir a privatização das terras agrícolas, merecem ser citadas a reforma do sistema bancário, exigida pelos investidores externos e pelo FMI; a reestruturação das grandes empresas de que o Estado continua a ser o maior acionista (a gigante do gás Gazprom e a empresa de energia elétrica - UES); a reestruturação do Ministério das Ferrovias; e uma nova rodada de privatizações. O Governo vem ainda reiterando o seu desejo de agilizar o ingresso na Organização Mundial do Comércio, para o que será certamente necessário realizar outras reformas.**

**Em janeiro de 2001, a dívida externa russa era de US\$ 144,4 bilhões,** o que representava uma diferença para menos de US\$ 14 bilhões em relação ao período idêntico de 2000. Apesar dessa redução, a questão preocupa, porque o país não logrou renegociar a sua dívida com o Clube de Paris. Com o Clube de Londres, a dívida foi renegociada no ano passado em condições bastante favoráveis: perdão de cerca de 1/3 e reescalonamento do restante.

**Só os preços elevados do petróleo – e os decorrentes saldo comercial elevado e aumento das reservas - é que permitem à Rússia honrar os seus compromissos externos.** Neste ano (US\$ 14 bilhões), os pagamentos estão assegurados e possivelmente também estarão os de 2002 (outros US\$ 14 bilhões). Preocupa, porém, o ano de 2003, quando a Rússia terá de pagar perto de US\$ 20 bilhões (pouco menos da metade do orçamento atual). O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças Alexei Kudrin declarou recentemente, porém, que “só em caso extremo, de deteriorização dramática da situação econômica, é que o país recorrerá à reestruturação de sua dívida”.

**A dívida com os países do Clube de Paris se eleva a US\$ 48,6 bilhões, dos quais US\$ 38,7 bilhões são dívida da antiga URSS.** O principal credor é a Alemanha, com 40% daquele total. A Rússia tem apresentado aos países credores do Clube de Paris proposta de conversão da dívida em ações de empresas russas (“debt-for-equity swap”). Essas conversações avançam muito lentamente, porque a operação é complexa e muitos de seus elementos estão ainda indefinidos.

A Rússia esperava obter do Clube de Paris o perdão de parte da dívida soviética, sendo desapontada pela posição intransigente dos Governos dos países credores. Insiste particularmente com a Alemanha para que renegocie uma dívida de 6,4 bilhões de “rublos transferíveis” (moeda utilizada pela URSS no comércio com os países do COMECON) que tinha com a Alemanha Oriental. Seu argumento é que por muitos anos vendeu à RDA petróleo a preços subsidiados, bem inferiores aos do mercado.

Ao FMI, a Rússia tem que pagar este ano um total de US\$ 2,06 bilhões, dos quais já pagou parcela substancial. **Autoridades financeiras do país já declararam que não será necessário recorrer a empréstimo do Fundo este ano, e nem provavelmente em 2002.** Quanto à dívida interna, ela também diminuiu: passou de R\$ 583 bilhões em janeiro de 2000 para R\$ 552,4 bilhões (equivalentes a US\$ 19,6 bilhões) em janeiro de 2001. Nos primeiros quatro meses do corrente ano, os pagamentos (principal e juros) das dívidas externa e interna elevaram-se a R\$88,3 bilhões (US\$ 3,04 bilhões, ao câmbio atual de R\$ 29 por dólar), sendo R\$ 75 bilhões de pagamentos externos e R\$ 13,3 bilhões de pagamentos internos.

Uma das metas previstas no orçamento de 2001, que muito provavelmente não poderá ser atingida, é a de uma taxa anual de inflação de 12 a 14%. Nos primeiros quatro meses do ano, a taxa de inflação foi de 9%. Os números do orçamento ainda não foram revistos mas autoridades da área econômica já falam numa taxa superior, na faixa de 14 a 16%. Alguns analistas, porém, prevêm que a taxa da inflação em 2001 será ainda mais elevada e chegará aos 20%, a exemplo do que aconteceu em 2000, quando foi de 20,2%. Pelas estimativas do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, poderá ir além e alcançar 22,4%.

De acordo com dados divulgados pelo Comitê Estatal Alfandegário da Federação da Rússia, **as exportações do país em 2000 ultrapassaram a marca dos US\$ 100 bilhões pela primeira vez desde a implantação das reformas de mercado.** Para tanto, contribuíram (i) a alta recorde dos preços internacionais do petróleo; (ii) a elevação considerável dos preços de outros produtos comercializados pela Rússia no setor de combustíveis e energia e de metais ferrosos e não ferrosos; bem como (iii) a desvalorização do rublo, que emprestou um adicional de competitividade aos produtos exportados pelo país.

**A corrente de comércio da Rússia no último ano alcançou a cifra de US\$ 136,6 bilhões,** tendo aumentado 32,4% em relação a 1999, como resultado de uma elevação de 41,0% no volume de exportações (US\$102,8 bilhões) e de 11,5% no das importações (US\$ 33,8 bilhões), comparativamente com o ano anterior. O saldo da balança comercial foi positivo em US\$ 69,0 bilhões, valor 62,0% mais alto que o registrado em 1999 (US\$ 42,6 bilhões). A manutenção de expressivos saldos favoráveis deve-se não apenas ao desempenho positivo das exportações, mas também à significativa redução dos volumes importados desde 1998, como decorrência da crise financeira sofrida pela Rússia naquele ano.

**Em 2000, a pauta russa de exportação continuou a ser encabeçada por produtos originados do setor de combustível e energia.** A elevada média dos preços contratuais de petróleo e derivados, que apresentou tendência crescente desde fins de 1999, fez aumentar o valor total dos produtos gerados pelo setor em aproximadamente 80%. Como resultado, a participação dessas mercadorias no total das exportações russas passou a ser de 53,5%, com crescimento de cerca de 20% em relação ao ano anterior.

O principal produto exportado pela Rússia no ano passado foi o petróleo bruto, com participação de 23% no valor total das vendas externas do país. O volume físico das exportações de 23% no valor total das vendas externas do país. O volume físico das exportações cresceu 6,5% bem como comparação com 1999, tendo a média dos preços contratuais aumentado 6,2%. Tendências semelhantes manifestaram-se na exportação de derivados do petróleo, cujos preços aumentaram 81% em relação ao ano interior. Em termos físicos, as exportações dos derivados do petróleo

**O principal produto exportado pela Rússia no ano passado foi o petróleo bruto, com participação de 23% no valor total das vendas externas do país.** O volume físico das exportações cresceu 6,5% em comparação com 1999, tendo a média dos preços contratuais aumentado 62%. Tendências semelhantes manifestaram-se na exportação de derivados do petróleo, cujos preços aumentaram 81% em relação ao ano anterior. Em termos físicos, as exportações dos derivados do petróleo cresceram 21,4%.

### Corrente de Comércio da Rússia (US\$ bilhões)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
<b>Exportações</b>	63,2	78,2	85,1	85,0	71,3	71,8	103,0	24,7
<b>Importações</b>	38,6	46,7	46,0	53,0	43,5	30,1	33,9	8,5
<b>Saldo</b>	24,6	31,5	39,0	31,9	27,7	41,6	69,0	16,2
<b>Total</b>	101,9	124,9	131,1	138,0	114,8	102,0	136,8	33,2

Fonte: Comitê Estatal Alfandegário da Federação da Rússia

\* Dados relativos aos meses de janeiro a março

**A agricultura russa continua sendo uma área problemática.** Apesar de ter registrado ganhos no ano 2000 ao redor de 5%, o setor não conseguiu retornar aos valores de produção da época soviética, o que obrigará a Rússia a continuar sendo um grande importador de alimentos no corrente ano. A possibilidade da venda de terras agrícolas a particulares, visto por alguns como a única maneira de revitalizar o campo, deverá ser um dos grandes temas de discussão em 2001. A safra de grãos passou de 54,7 milhões de toneladas em 1999 a 65,4 milhões em 2000, quantidade, no entanto, inferior às mais de 100 milhões de toneladas anuais entre 1986 e 1992. A mesma tendência se verificou para a colheita de beterrabas e de batatas. A colheita de girassóis e legumes apresentou um pequeno aumento ao final do período soviético. O abate de carne experimentou pequeno aumento entre 1999 e 2000: passou de 4,3 milhões de toneladas a 4,4 milhões.

A propriedade privada de imóveis urbanos e sua alienação por venda foi regulamentada na Rússia, ainda que imperfeitamente, após o colapso da URSS. O mesmo, contudo, ainda não ocorreu em relação ao imóvel rural, principalmente no que se refere às áreas cultiváveis, muito em decorrência da oposição dos comunistas e seus aliados na Duma de Estado. O ex-Presidente Ieltsin determinou a elaboração de projetos de legislação fundiária, de que resultou o do Código da Terra elaborado em 1994. A discussão sobre o assunto prosseguiu sem resultados concretos. Em 1998, Ieltsin vetou o texto aprovado pela Duma, àquela altura dominada pelos comunistas, pois o considerou incompatível com o sistema econômico atual.

Na ausência de ordenamento jurídico federal disciplinando a questão, cerca de 50 regiões da Rússia aprovaram legislação liberando a compra e venda de terras cultiváveis, o que introduziu grau considerável de diversidade na matéria, fator apontado, por investidores estrangeiros, como sério entrave a inversões agrícolas na Rússia. A confusão existente estimula, por outro lado, fraudes e

corrupção. A Corte Constitucional decidiu, entretanto, que o Artigo 72 da Constituição russa não impede o estabelecimento de legislação regional sobre o tema, sobretudo na ausência de legislação federal, uma vez que a competência é conjunta.

**O Presidente Putin solicitou ao Governo, em fevereiro passado, a elaboração de novo projeto do Código da Terra**, argumentando que seria muito difícil introduzir no projeto existente modificações pertinentes. O código deverá incluir conjunto de leis versando não apenas sobre a propriedade rural e sua alienação, mas também sobre temas correlatos, tais como a propriedade de terras públicas, do Estado e das Unidades da Federação; criação de registro de imóveis rurais; gerenciamento do solo; avaliação do custo da terra.

### **A equipe econômica**

---

**Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças: Alexei Kudrin.** Autoridade já presente no Governo no último período do Presidente Ieltsin. Considerado liberal. Apesar de ter sido repreendido pelo Presidente Putin pelo gerenciamento da dívida externa no começo deste ano, goza de bom renome. É a principal figura econômica do Governo.

**Ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio: Guerman Gref.** Um dos mais jovens membros do Governo. Considerado liberal, é autor da maior parte dos projetos de reforma econômica do Governo.

**Assessor Especial do Presidente da República para Assuntos Econômicos: Andrei Illarionov.** Grande polemista, é considerado o maior liberal do Governo. Já criticou o tratamento da questão da dívida externa pelo Ministério das Finanças. Entrou em polêmica com o Banco Central pela política deste de valorizar o rublo. Criticou a direção da UES (companhia estatal de energia) pela proposta de reestruturar a companhia de maneira pouco transparente e desconsiderando os acionistas minoritários.

**Presidente do Banco Central da Federação da Rússia: Viktor Gerashchenko.** Outro nome remanescente da equipe do Presidente Ieltsin. Tem sido grande defensor da valorização do rublo.

## Dados Econômicos da Rússia

	1999	2000	2001
<b>PIB</b>	US\$ 184,6 bilhões	US\$ 246,9 bilhões	
<b>Crescimento do PIB</b>	3,2%	8,3%	3,5% (estimativa); 4,2% (primeiro trimestre de 2001 em relação ao mesmo período de 2000)
<b>Inflação</b>	36,5%	20,8%	9% (janeiro a abril)
<b>Exportações</b>	US\$ 71,8 bilhões	US\$ 103 bilhões	US\$ 26,8 bilhões (janeiro a julho)
<b>Importações</b>	US\$ 30,1 bilhões	US\$ 33,9 bilhões	US\$ 9,7 bilhões (janeiro a julho)
<b>Saldo comercial</b>	US\$ 41,7 bilhões	US\$ 69,1 bilhões	US\$ 17,1 bilhões (janeiro a julho)
<b>População</b>	145,9 milhões	145,2 milhões	n.d.
<b>Dívida externa</b>	US\$ 158,4 bilhões	US\$ 144,4 bilhões	n.d.
<b>Reservas em moeda estrangeira (em 31 de dezembro)</b>	US\$ 12,45 bilhões	US\$ 27,97 bilhões	US\$ 33,7 bilhões (julho)
<b>Desemprego (em 31 de dezembro)</b>	8,9%	9,6%	9,6% (julho)

Fonte: Ministério das Finanças da Federação da Rússia, Banco Central da Federação da Rússia